

INDICADORES DE SEGURANÇA: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo José Saraiva*

Resumo: O presente artigo apresenta uma síntese dos procedimentos para a elaboração e uso adequado de indicadores para o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas na área de segurança. O apanhado a partir de uma breve resenha da literatura sobre causas da criminalidade ressalta a importância das variáveis sócio-econômicas na construção e avaliação das políticas, assim como, discute alguns limites metodológicos e conceituais das variáveis e técnicas utilizadas. Como complementação são apresentadas as principais bases de dados e as respectivas fontes sobre o tema como forma facilitar o acesso a estes indicadores de caráter muito específico.

Palavras-chave: indicadores de segurança pública, políticas públicas de segurança, economia do crime.

Abstract: This article presents a synthesis of the procedures for the elaboration and adequate use of indicators for the design, implementation and evaluation of public policies in the security area. Based on a brief review of the literature on the causes of crime, it highlights the importance of socioeconomic variables in the construction and evaluation of policies, as well as discusses some methodological and conceptual limits of the variables and techniques used. As a complement, the main databases and their sources on the theme are presented as a way to facilitate access to these very specific indicators.

* Professor do curso de economia da UFRRJ no Campus Três Rios e do PPGER em Seropédica. Email: pjsaraiva@terra.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-3414-7337>

Keywords: public safety indicators, public security policies, crime economics.

Resumen: Este artículo presenta una síntesis de los procedimientos para el desarrollo y uso adecuado de indicadores para el diseño, implementación y evaluación de políticas públicas en el área de seguridad. El resumen de una breve revisión de la literatura sobre las causas del delito destaca la importancia de las variables socioeconómicas en la construcción y evaluación de políticas, además de discutir algunos límites metodológicos y conceptuales de las variables y técnicas utilizadas. Como complemento, se presentan las principales bases de datos y las respectivas fuentes sobre el tema como una forma de facilitar el acceso a estos indicadores tan específicos.

Palabras clave: indicadores de seguridad pública, políticas de seguridad pública, economía delictiva.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve painel da discussão dos percalços para a construção e utilização de indicadores de segurança pública como suporte na elaboração, implementação, avaliação, acompanhamento e revisão das políticas públicas de segurança pública. Para tanto, tem-se um recorte por estados da federação e o período que abrange dados e informações relativas as décadas de 2000 e 2010.

Em relação a proposição metodológica do artigo, buscou-se a sua elaboração a partir de uma breve revisão da literatura pertinente sobre o tema, além de dados e informações. Ademais, os dados primários e secundários utilizados são tratados por meio da estatística descritiva.

Dessa forma, se observa ao longo da exposição de que indicadores meramente policiais e de repressão não dão conta da construção de indicadores adequados para correlacionar o fenômeno da violência, necessitando-se principalmente do uso de variáveis sócio-econômicas amplas para melhor detecção das peculiaridades do fenômeno. Destarte, inverte-se a máxima da república velha de que a questão social é um caso

de polícia para se entender que as questões policiais são antes de tudo sociais.

Em relação à resenha da literatura sobre causas da criminalidade destaca-se que ela não se pretende exaustiva, mas procura ser um retrato das principais contribuições brasileiras sobre o tema nas últimas três décadas. De uma forma, geral a literatura em foco apresenta a importância dos indicadores sócio-econômicos na discussão da criminalidade, assim como, desembocam geralmente na ideia de que o equacionamento do problema da violência e da criminalidade passam pela solução dos problemas socioeconômicos da população brasileira.

A parte do trabalho relativa à avaliação de políticas públicas está dividida na discussão da construção de indicadores de segurança pública com ênfase nas limitações de algumas variáveis como, por exemplo, na utilização da taxa de homicídios como proxy da violência, e, na construção das bases de dados para a confecção de indicadores de segurança pública e fontes de dados e informações para a criação dos indicadores sócio-econômicos.

É relevante ao artigo, a ideia de que a avaliação e revisão das políticas públicas de segurança passam pela qualidade da geração e do tratamento da informação e de que não basta apenas o conhecimento da realidade social, mas também e principalmente a intervenção do Estado e da sociedade civil no sentido da garantia da resolução dos problemas sociais e das raízes das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva o artigo apresenta, além desta introdução uma breve resenha da literatura acerca das causas da criminalidade e problemas nas bases de dados acerca do tema na seção 2. Na sequência, tem-se uma discussão relativa a avaliação de políticas públicas, as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 Uma Breve Resenha da Literatura Sobre Causas da Criminalidade

A primeira observação que se faz a partir de uma revisão da literatura sobre criminalidade no Brasil é de que os estudos acerca do tema datam

de período recente, basicamente das últimas duas décadas, fato que explica a inexistência de consenso em relação aos resultados obtidos nas publicações sobre violência. Tendo esta assertiva como balizamento, são apresentados na sequência os trabalhos empíricos mais relevantes acerca do tema, que carregam como elemento comum a tentativa de estabelecer relações causais entre as variáveis de segurança pública e as socioeconômicas.

Um dos primeiros trabalhos que tratam da discussão acerca da violência e sua relação com variáveis socioeconômicas, para o caso brasileiro, foi apresentado por CARNEIRO (1999) no qual é discutida a importância das variáveis renda *per capita*, desigualdade de renda, educação e taxa de ocupação sendo estas utilizadas, no artigo, como variáveis explicativas da taxa de criminalidade em modelos de regressão desenvolvidos pelo autor, apresentando resultados estatísticos significativos que sustentam a relevância das variáveis explicativas.

Um importante estudo posterior foi apresentado por LISBOA e ANDRADE (2000) que analisaram as relações entre um conjunto amplo de variáveis e a taxa de homicídios, nos estados Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, para o período de 1981 a 1997. Para tanto, utilizaram-se de um modelo logit¹ com incorporação da variável defasada, tendo como principais resultados uma forte correlação positiva entre as taxas de homicídios de jovens e variáveis socioeconômicas, dentre as quais, foram mais significativas o elevado salário médio, a taxa de desemprego e a distribuição desigual da renda.

Dentro da mesma abordagem de relacionamento de variáveis socioeconômicas e de violência ressalta-se também o estudo empreendido por CERQUEIRA E LOBÃO (2003). Neste trabalho desenvolve-se uma análise sobre a taxa de homicídios para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro a partir de modelagem estatística, estimando os coeficientes de elasticidade entre um conjunto de variáveis socioeconômicas e a taxa de homicídio. As

¹ Segundo Janot (2001, p. 9) "...modelo logit é um modelo de resposta qualitativa, pois é utilizado com o propósito de modelar o comportamento de um tomador de decisão que deve escolher entre um conjunto finito de alternativas. Para maiores detalhes ver Rodríguez (sd).

conclusões dos autores são de que:

... não há como equacionar a questão da violência na região [São Paulo e Rio de Janeiro] sem que sejam superados os grandes problemas socioeconômicos, particularmente aqueles diretamente relacionados aos problemas de desigualdade na distribuição da renda e do adensamento populacional (p. 13).

Outros autores, dentre os quais KASSOUF e SANTOS (2006); LEDERMAN et al. (2001); CARNEIRO (1999); LISBOA e ANDRADE (2005); FAJNZYLBER e ARAUJO (2001) utilizaram as medidas de desigualdade como variáveis explicativas da violência, por meio de modelos de regressão, sendo relevante destacar o resultado consensual destes estudos, apontando para uma correlação positiva da variável com a criminalidade.

FAJNZYLBER e ARAUJO (2001) e SHIKIDA et al. (2005) mediante a utilização de modelos de regressão, cada qual para um determinado período e região, encontraram resultados significativos na relação negativa entre as taxas de criminalidade e a taxa de ocupação. Ademais, OLIVEIRA (2005) encontrou evidências estatísticas da relação negativa entre a educação e a taxa de homicídios, utilizando também modelos de regressão.

De acordo com KASSOUF e SANTOS (2006), alguns estudos têm corroborado o efeito das variáveis *deterrence*² sobre o comportamento criminoso. Tal evidência, também é corroborada por SHIKIDA et al. (2005) que identificaram como um dos fatores associados à prática de crimes o descrédito na justiça.

Finalmente deve-se ressaltar a utilização da taxa de homicídios em todos os trabalhos apresentados, como uma *proxy* para a situação de criminalidade, ao invés dos registros de ocorrências da polícia civil. É importante frisar que a utilização das taxas de homicídios, embora seja a principal das variáveis utilizadas nos estudos empíricos, apresenta limitações, relativas ao sub-registro e as causas mal definidas, sendo estas questões discutidas, mas adiante.

² Segundo a literatura econômica sobre criminalidade o termo *deterrence* representa os fatores de intimidação (probabilidade de ser preso, condenado, ente outros) sobre o comportamento do indivíduo na decisão de cometer um crime.

Após esta breve revisão de literatura, tornam-se necessárias, desenvolver algumas observações sobre a construção dos indicadores de segurança pública, sendo este objeto de discussão do próximo item.

3 Avaliação de Políticas Públicas a Partir de Dados e Informações Estaduais

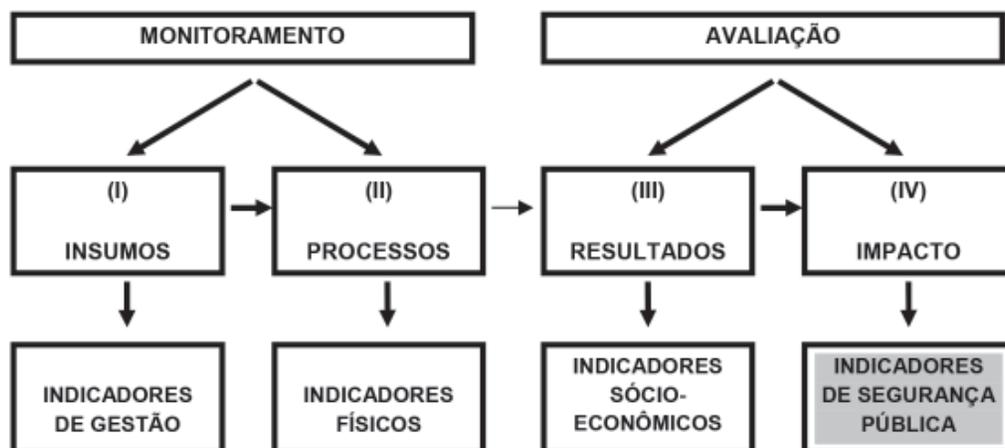
A avaliação e monitoramento das políticas públicas de segurança devem utilizar-se de um conjunto de indicadores policiais e socioeconômicos cujo objetivo é capturar as ações implantadas pelo gestor público e os seus impactos sobre a segurança pública nos estados da federação brasileira

A proposição de um modelo pode ser mais bem compreendida a partir da figura 1 na qual são sinteticamente apresentadas as etapas de monitoramento e avaliação das políticas de segurança públicas. Em relação ao monitoramento, são apresentadas as informações acerca da gestão orçamentário-financeira e da execução física permitindo acompanhar, respectivamente, os indicadores de insumo e de processo.

A avaliação constitui-se de duas dimensões; em um primeiro grupo de indicadores de resultados busca-se mensurar os efeitos da implantação das políticas sociais, ao passo que em um segundo grupo de indicadores de impacto, compostos por variáveis de segurança pública, mede-se a eficácia das políticas públicas de segurança.

Em função da complexidade do tema, optou-se por apresentar nesta seção apenas a discussão acerca da avaliação das políticas públicas³ de segurança, sendo relatada na sequência a construção dos indicadores socioeconômicos em geral, com ênfase especial aos de segurança pública.

³ A avaliação de políticas públicas é um tema amplo e engloba inúmeras possibilidades de implantação, podendo conter elementos orçamentários, variáveis socioeconômicas, pesquisa de opinião dentre outras. Contudo, o objeto é a construção de indicadores quantitativos e ou qualitativos, capazes de mensurar a eficiência e eficácia da atuação do setor público.

Figura 1 - Monitoramento e Avaliação

Fonte: Elaboração Própria a partir de Januzzi (2000).

3.1 Construção de indicadores de segurança pública a partir de dados e informações estaduais

A construção de indicadores de segurança pública constitui-se num desafio em virtude das limitações dos dados e informações das fontes. Uma primeira crítica diz respeito às peculiaridades dos efeitos do que se busca medir. Em particular as limitações quando da utilização de indicadores de roubo e furto devem-se, ao elevado percentual de ocorrências que não são denunciadas; tornando-o, uma variável de registro, cujos fatores sócio-culturais associados à confiança da população em relação ao sistema jurídico criminal influenciam a decisão de notificação.

Como decorrência, regiões que apresentam maior número de registros de roubo e furto por 100.000 habitantes podem revelar, uma maior confiança dos vitimizados na polícia e conseqüente diminuição do número de ocorrências não registradas. Soma-se a questão anterior o fato das informações das secretarias estaduais de segurança, por vezes, não apresentarem cobertura total de dados. Tal fato é descrito no próprio relatório da Secretaria Nacional de Segurança Pública de São Paulo (SENASP), que apresenta um percentual de cobertura das informações inferior a 100% em alguns estados, fato esse que amplia a imprecisão dessas informações.

Um trecho do relatório da SENASP, relativo às informações do Departamento de Pesquisa/Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis (janeiro de 2004 a dezembro de 2005), ilustra esta situação:

Tendo em vista os aspectos inerentes ao fluxo de elaboração dos boletins de ocorrência, ao analisarmos os dados produzidos a partir das estatísticas oficiais e apresentados aqui neste Mapa das Ocorrências Registradas pela Polícia Civil no Brasil não podemos deixar de levar em conta dois fatores importantíssimos: PRIMEIRO – A sub-notificação de ocorrências junto aos órgãos de segurança pública varia de intensidade entre as diferentes regiões espaciais aqui analisadas (municípios, estados e regiões geográficas). SEGUNDO – Variações no volume de ocorrências registradas também resultam do nível de desenvolvimento dos sistemas de coleta e registro de informações criminais das organizações policiais. Assim, as diferenças entre as taxas de ocorrências de delitos de diferentes regiões aqui apresentadas podem estar indicando, menos uma diferença no nível de incidência entre estas regiões, e mais uma diferenciação nos níveis de subnotificação e desenvolvimento dos sistemas de coleta e registro das organizações policiais.

Dado que tais características estão presentes em maior ou menor grau em todos os registros de ocorrência de criminalidade publicados pela SENASP, a alternativa proposta, pela literatura acerca do tema é utilização da taxa de homicídios, calculada como proporção da população total e obtida através do sistema de informações sobre mortalidade da base de dados do Sistema de Informações sobre mortalidade do DATASUS. Ressalva-se que alguns estudos se têm optado por desagregar as taxas de homicídios por faixa etária e gênero. Embora essa taxa também apresente o problema de sub-notificação e de registros incorretamente classificados o grau de cobertura é superior a 90% e a sub-notificação normalmente está associada a mortes de causas naturais (WAISELFISZ, 2008).

WAISELFISZ (2008) justifica a utilização das taxas de homicídios, uma vez que as mortes por violência cobrem um espectro mais amplo de comportamento criminoso do que a violência. É importante lembrar que não é toda violência que leva a morte, porém a morte revelada é a expressão da violência levada ao seu grau máximo e por isso funciona como uma *proxy* para as demais práticas criminosas.

Tal procedimento é reforçado pela literatura empírica brasileira de economia da criminalidade, onde se diferenciam os crimes econômicos, representados, por exemplo, por práticas de roubo e furto, dos não econômicos cuja motivação normalmente está associada a questões passionais. No entanto, é relevante destacar que em vários estudos, a exemplo dos de BEATO (1998), CARNEIRO (1999) e OLIVEIRA (2005) a taxa de homicídios é utilizada, invariavelmente, uma vez que são análises realizadas para regiões metropolitanas e/ou estados nas quais as outras estatísticas existentes (por exemplo, roubo e furto) apresentam sérias limitações no que se refere aos problemas de sub-notificação e sub-registro que normalmente estão presentes nestas bases de dados⁴. De acordo com FAJNZYLBER e ARAUJO (2001):

(...) nos casos de homicídios, há pelo menos quatro razões para se preferir as taxas calculadas com base nos dados do SIM: 1) seus dados e procedimentos são públicos; 2) seguem critérios internacionais, no caso os da CID; 3) cobrem todos os municípios do Brasil e; 4) é possível ter-se acesso ao banco de microdados.

Finalmente é relevante destacar que a escolha das taxas de homicídios para a população total e para a faixa de 15 a 29 anos por 100.000 habitantes são muito usuais nos estudos de criminalidade. Um exemplo de tal corte é apresentado no artigo publicado por LISBOA e ANDRADE (2005), que utilizaram as taxas de homicídios desagregadas por faixa etária. Os resultados estatísticos demonstram uma relação causal forte, principalmente para a população mais jovem (15 a 19), sendo que as variáveis econômicas são fortemente significativas para essa faixa. Os resultados são reforçados SHIKIDA, et al. (2005), que apontam a faixa etária de jovens como um dos principais fatores associados à prática atividades criminosas.

⁴ Os dados publicados pelas secretarias estaduais de segurança pública correspondem a registros e não ocorrências, uma vez que a primeira representa um universo muito menor que a segunda, dado que boa parte dos eventos criminosos não é denunciada a polícia. (SENASP, 2020)

i. Limitações na utilização da taxa de homicídios

A principal limitação constatada sobre as informações de segurança pública refere-se à qualidade dos registros de homicídios, pois esses são suscetíveis a dois tipos de imprecisão. O primeiro tipo está associado aos casos de mortes não registrados, enquanto o segundo deriva da deficiência na classificação da causa do óbito, sendo considerado pela décima revisão do Código Internacional de Doenças (CID), como “causas mal definidas de óbito”.

Buscando solucionar a primeira questão, PAES (2007) estimou o total de óbitos para o ano de 2000 a partir do método indireto de BRASS⁵. Esse procedimento objetiva estimar o número de mortes da população de uma dada região, subdividida por gênero e idade, para um determinado ano a partir da informação sobre a população e os registros de mortes. A correção é necessária como consequência dos problemas de sub-registros, sendo um método amplamente utilizado pelas Nações Unidas.

Em relação ao segundo tipo de dificuldade apontada, embora a literatura não apresente proposições efetivas para a sua correção, cabe destacar que no artigo de PAES (2000) é sugerida uma regressão linear simples entre a variável “causas mal definidas” e causas externas que englobam além dos homicídios as demais causas de óbitos resultantes de acidentes. A partir de estudos sobre a qualidade das estatísticas de óbitos, é possível a criação de grupos formados por regiões cujos registros apresentam níveis de sub-notificações semelhantes.

No Quadro 1 são apresentados os resultados obtidos por PAES (2007) no que se refere à qualidade dos registros de óbitos para alguns estados brasileiros selecionados. É relevante destacar que nesse artigo é estimado o percentual de cobertura dos registros de óbitos para o ano de 2000, sendo esse composto pelas “causas mal definidas” e “não registros”. Para tanto, são utilizados os dados do SIM/DATASUS e estimativa a partir dos dados censo demográfico do IBGE de 2000, corrigidos a partir do método de

⁵ O Método de estimativa indireto de Brass é utilizado para estimar a sub-notificação de óbitos, sendo esse amplamente utilizado pelas Nações Unidas e sugerido em diversas publicações, tais como no Manual X (United Nations, 1983).

BRASS. Pelo quadro pode-se observar uma grande heterogeneidade dos estados, por exemplo, em relação às causas mal definidas que tem extremos superiores a 45% no Pará e problemas de registros inferiores a 12% em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Quadro 1 - Cobertura de óbitos, “causas mal definida” e “causa desconhecida” por sexo para a população adulta - Unidades da Federação selecionadas - 2000

Estado	Gênero	Cobertura (%)	Causa Mal Definida	Causa Desconhecida
Pará	Masc	72,7	26,8	46,8
	Fem.	72,7	27,6	47,4
Ceará	Masc	81,3	20,2	35,1
	Fem.	78,7	22,6	39,0
Pernambuco	Masc	91,7	20,9	27,5
	Fem.	90,9	25,4	32,2
Alagoas	Masc	81,3	28,3	41,7
	Fem.	81,0	33,3	46,0
Bahia	Masc	89,3	27,3	35,1
	Fem.	88,5	30,5	38,5
Minas Gerais	Masc	91,7	15,0	22,0
	Fem.	92,6	14,3	20,6
Espírito Santo	Masc	92,6	16,7	22,9
	Fem.	90,9	19,4	26,7
Rio de Janeiro	Masc	97,1	10,4	13,0
	Fem.	96,2	11,9	15,3
São Paulo	Masc	94,3	6,6	11,9
	Fem.	96,2	6,6	10,2
Paraná	Masc	93,9	5,6	11,3
	Fem.	93,0	5,8	12,4
Rio Grande do Sul	Masc	93,0	4,6	11,3
	Fem.	93,0	4,9	11,5
Distrito Federal	Masc	89,7	4,6	14,4
	Fem.	96,2	5,2	8,9

Nota: Segundo (PAES, 2007: 439): “A mortalidade por causas desconhecidas representa o resultado da combinação de dois fatores: os óbitos não registrados, cujas causas de morte, conseqüentemente, não são conhecidas, e os óbitos registrados, cujas causas básicas foram mal definidas e que, também, não se conhece.” Fonte: PAES (2007: 440).

Quadro 2 - Classificação do percentual de óbitos com “causas desconhecidas” da população adulta por estado - 2000

Classificação	Estados
Boa (<15%)	RJ (14,1%), SP (11,0%), PR (11,8%), RS (11,4) e DF (11,6%)
Regular (15% - 30%)	MG (21,3%), ES (24,8%) e PE (29,8%)
Deficiente (>30%)	CE (37,0%), BA (36,8%), PA (47,1%) e AL (43,8%)

Fonte: Adaptada de PAES (2007, p. 441).

Os resultados sugerem que os estados do sul, sudeste e Distrito Federal apresentam a melhor qualidade das informações, à exceção de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja classificação é regular. Nesse grupo é acrescido o estado de Pernambuco que apresentou melhora significativa na cobertura das informações nos últimos anos. No último grupo, cujas informações são deficientes, temos os estados do nordeste e norte do país. Ressalta-se que a qualidade das informações está diretamente relacionada à maior incidência de urbanização presentes ou não nessas regiões (PAES, 2007).

Uma alternativa para a criação de grupos de estados a partir da qualidade das informações de óbitos é apresentada por VASCONCELOS (1999) que utilizou a metodologia de classificação hierárquica e o critério de agrupamento “*average linkage*”⁶. Nesse trabalho a autora considerou três variáveis para serem utilizadas como “*proxy*” da qualidade de informações, sendo elas (i) a diferença entre os dados do SIM/DATASUS e as estimativas de óbito do IBGE; (ii) a taxa de cobertura dos registros sobre óbito e (iii) a proporção da população com informação regular.

Os resultados são apresentados no Quadro 3, sendo similar a classificação da metodologia anterior, excetuando os estados de Minas Gerais, Pernambuco e Espírito Santo que obtiveram arranjo diferenciado para essa proposta. Deve-se destacar que os estados foram agrupados em três tipologias: boa qualidade dos dados, qualidade de dados regular e qualidade de dados deficiente.

⁶ Segundo Carvalho et al. (2009, p. 17): “O método *average linkage*, também conhecido como método de McQuitty, define a distância média entre pares de objetos como sendo a relevante para a elaboração da matriz de distâncias. É um método que tende a juntar *clusters* com baixa variância, sendo ligeiramente viesado a produzir *clusters* com igual variância.”

Quadro 3 - Classificação dos estados com base na qualidade de três variáveis

Classificação	Unidades da Federação
Boa qualidade	MG, ES, RJ, SP PR, RS e DF.
Qualidade de dados regular a deficiente	CE, PE, AL, BA.
Qualidade de dados deficientes	PA.

Fonte: VASCONCELOS (1999, p. 6)

Alertados pelas considerações acerca dos problemas relativos a confecção dos indicadores, o próximo item traz a indicação das principais fontes de dados disponíveis pelos institutos de produção de bases informacionais.

ii. Base de dados para a construção de indicadores de segurança pública

As principais bases de dados e informação, para a construção de indicadores de segurança pública, correspondem aos dados que são divulgados pelo Ministério da Saúde - Base de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) com destaque para o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Em relação à desagregação regional, é possível encontrar no DATASUS dados para municípios, unidades da federação e Brasil com uma defasagem temporal de três anos. Cabe destacar que as informações relativas ao número de homicídios utilizam a classificação da CID 10 e engloba as categorias X85 a Y09, recebendo o título genérico de agressões⁷.

Outra informação sistematizada pelo DATASUS, a partir de dados do IBGE é a estimativa de óbitos. Esta variável, normalmente utilizada para comparações com os registros de óbitos, permitindo calcular por contraposição o percentual de mortes não registradas. No entanto, a

⁷ A Classificação Internacional de Doenças, versão 10, corresponde a um código internacional elaborado pela Organização Mundial da Saúde.

abrangência é estadual, dificultando a construção de indicadores de qualidade para informações municipais de segurança.

Finalmente, deve-se registrar que a pesquisa de vitimização se constitui na principal referência para a construção de indicadores de segurança pública, dado a sua capacidade de captar um espectro mais amplo da violência, não só em termos de ocorrência, mas principalmente em relação à percepção da população acerca da violência. Porém, estas pesquisas não são aplicadas de forma regular, limitando as comparações temporais.

3.2 Fontes de dados e informações e criação de indicadores

Na primeira parte do capítulo, foram abordados os principais estudos sobre variáveis socioeconômicas correlacionadas a violência. Neste item busca-se apresentar os institutos de pesquisas responsáveis pela coleta destes dados e informações, a periodicidade, a abrangência geográfica, bem como descrever o método de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, como uma métrica útil para a construção das escalas dos indicadores de resultados das políticas públicas.

As principais bases de dados e informação para a construção de indicadores socioeconômicos correspondem aos dados primários e secundários que são divulgados pelos seguintes órgãos públicos/instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério da Justiça (MJ), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Ademais, a base de dados do DATASUS, disponibiliza informações socioeconômicas, além das variáveis de homicídios vistas anteriormente.

Inicialmente deve-se destacar que a base de informações mais relevantes para a construção de indicadores de socioeconômicos é o IBGE, responsável pela realização da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) e o Censo demográfico. A partir destas duas pesquisas o DATASUS e o IPEA, compilam e trabalham os dados para geração de informações. Em relação ao primeiro conjunto, duas características

merecem destaque nestas fontes:

- i) Os dados fornecidos pelo IBGE estão disponíveis até o ano de 2019 e tem como referência a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar. Já o Censo demográfico deverá estar disponível a partir de meados de 2021;
- ii) Os dados do IPEADATA e DATASUS são construídos a partir das bases de dados do IBGE, dependendo, portanto, desses para a divulgação das informações.

Na tabela 1 são apresentadas as principais informações disponibilizadas nos institutos de pesquisa, sendo destacados os temas de pesquisa, a periodicidade, o nível de desagregação dos dados e o último ano de informação disponível, tendo como referência dezembro de 2020.

Tabela 1 - Variáveis socioeconômicas utilizadas para criação de indicadores de segurança

Base de dados	Tipo de informações	Periodicidade	Desagregação dos dados	Ano
IBGE / PNAD	População, de educação, trabalho, rendimento e habitação	Anual	Estados	Até 2019
IBGE / CENSO	Características gerais da População e dos Domicílios	Decenal	União, estados, municípios	Até 2010 / 2021
IPEADATA	Índice de Gini, Renda per capita, taxa de ocupação	Anual		Até 2018
DATASUS		Anual		Até 2018

Fonte: Elaboração Própria.

As informações das bases do MJ e CNJ dispõem de informações acerca do sistema de justiça criminal. No caso do MJ estão disponíveis os dados sobre registros de roubos e furtos para os estados, além de informações sobre orçamento, contingente, equipamentos, sistema carcerário, dentre outras (a limitação desta base resulta da defasagem temporal destas informações). Já o CNJ apresenta informações do sistema de justiça criminal, quantitativo de processos, recursos humanos dentre outras informações.

4 Considerações Finais

Muitas vezes impressionados e pressionados pela mítica da informação diversos *policy makers* acabam invertendo e confundindo a medida pelo problema. Casos recentes dão conta de que na ânsia de melhorar indicadores são tomadas providências de caráter meramente formal que, no entanto, resultam apenas na melhoria cosmética de indicadores, mas não do fenômeno em si.

Muitos dos indicadores têm um caráter conjuntural e leituras desatentas dos mesmos podem levar à falsa impressão de que a violência e a criminalidade tenham se reduzido em uma região ou lapso temporal quando na verdade o que pode estar ocorrendo é a migração de eventos criminosos, ou seja, novas formas ou ênfases da criminalidade, conforme registrado pelo SENASP (2020).

Neste sentido, é fundamental melhorar a qualidade da produção de informações sobre a violência, bem como a capacidade de reflexão sobre o assunto permitindo que a modelagem teórica seja abastecida de dados de alta qualidade possibilitando a efetiva mensuração dos impactos das políticas adotadas e as necessárias correções de rota.

Espera-se que tenha ficado evidente que as variáveis socioeconômicas são relevantes quando se buscam explicações para o fenômeno da violência. A realidade de desigualdade sócioeconômica é o condicionante da presença da violência e por isso mesma medida de segurança que se fixem de forma restrita à repressão e a atitudes exclusivamente policiais estão fadadas ao fracasso, conforme a revisão bibliografia buscou apresentar.

Referências

ANDRADE, M. V. E. e LISBOA, M. B. *Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais. Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.*

ARAUJO, Ary de e FAJNZYLBBER Pablo. *Violência e criminalidade*. Texto para discussão n° 167. Belo Horizonte. CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2001.

BEATO F., Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.13 n.37, São Paulo, Jun. 1998. pp. 74-87.

CARNEIRO, Leandro Piquet. *Determinantes do Crime na América Latina*: Rio de Janeiro e São Paulo. Relatório de Pesquisa. USP. 1999.

CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata et al. *Clusterização Hierárquica Espacial*. Texto para discussão n.º 1427. Brasília: IPEA, outubro de 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1427.pdf. Acesso em: 14 dez. 2010.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Dados*, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. < www.ibge.gov.br > Acesso em: 02 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. < www.ipeadata.gov.br > Acesso em: 02 jun. 2020.

JANOT, Marcio Magalhães. *Modelos de Insolvência Bancária no Brasil*. Trabalhos para Discussão 13. Brasília: Banco Central do Brasil, março de 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps13.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2010.

LEDERMAN, D., LOAYZA, N., MENÉNDEZ, A. M. *Violent crime does social capital matter?* Washington, D. C.: The World Bank, 1999.

MIINISTERIO DA SAUDE / DATASUS. < www.datasus.gov.br > Acesso em: 02 jun. 2020.

PAES N. A. Qualidade das estatísticas de óbitos por causas desconhecidas dos Estados brasileiros. *Revista de Saúde Pública*. 2007; 41(3): 436-45.

PAES N. A, Albuquerque M. E. Avaliação da qualidade dos dados populacionais e cobertura dos registros de óbitos para as regiões brasileiras. *Revista de Saúde Pública* 1999; 33(1): 33-43.

PAES N. A. Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos Estados brasileiros em 2000. *Revista de Saúde Pública*. 2005; 39(6): 882-90.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RODRÍGUEZ, Gérman. Chapter 3: Logit Models for Binary Data (Lectures Notes). Generalized Linear Models. Princeton: (sd). Disponível em: <http://data.princeton.edu/wws509/notes>. Acesso em: 14 out. 2010.

RUEDIGER, Marco Aurélio & MATTOS, Rogério (2004), Justiça e Eficiência no Desenvolvimento Local: Um Modelo Complexo. In: *Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG*, novembro, Rio de Janeiro. Anais ENAPG.

RUEDIGER, Marco Aurélio (2005), “A cidade como plataforma do desenvolvimento”. In: Sobreira, Rogério & Marco Aurélio Ruediger org. *Desenvolvimento e Construção Nacional: Política Econômica*. Editora FGV. p. 181-202.

SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO. <<http://www.seguranca.sp.gov.br>> Acesso em: 02 jun. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. < www.mj.gov.br > Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, M.J.; KASSOUF, A.L. *Economia e Criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias empíricas*. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP), 27 p. 2006

SHIKIDA, et alli Economia do crime: uma análise de gênero a partir de um estudo de caso na penitenciária feminina de piraquara (PR). 2005.

Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/ead/simon-shikida-borilli-2005.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2010.

UNITED NATIONS (UN). Manual X, indirect techniques for demographic estimation. New York; 1983. (Population Studies, 81).

VASCONCELOS, A. M. A qualidade das estatísticas de óbito no Brasil. *Revista Brasileira de População – ABEP*. 1999. 15(1).

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violencia dos Municípios*. Brasileiro, Ritla 2008.

